

# COMPARTILHANDO A DEMOCRACIA: O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA PRIMAVERA ÁRABE

## SHARING DEMOCRACY: THE ROLE OF SOCIAL MEDIAS IN THE ARAB SPRING SECURITIZATION

ANA LETÍCIA VASCONSELOS SOARES<sup>1</sup>

Universidade La Sale (UNILASALE – Niterói)

E-mail: ticia\_soares@hotmail.com

**Resumo:** Iniciados em 2010, os eventos revoltosos nos países do norte da África e do Oriente Médio culminaram na chamada *Revolução de Jasmim*, ou *Primavera Árabe*. Um possível resultado de uma “nova globalização”, essas revoltas populares ocorreram em países islâmicos e ditatoriais, e, por meio das mídias sociais, a população oprimida adquiriu força para ir às ruas. A utilização de tais mídias, como Facebook, Twitter e YouTube, mostra-se relevante para os indivíduos insatisfeitos com seus governos em páginas como “*We are all Khaled Said*” e em contas como “*Free Egypt*”, que se tornaram ferramentas de comunicação e conscientização. Os levantes árabes resultaram muitas vezes em conflitos civis, enquadrando a questão sob a ótica da segurança nas agendas nacionais e internacionais. Neste sentido, ao analisar essas revoltas por intermédio do escopo da principal teoria da Escola de Copenhague, a securitização, percebe-se que as mídias sociais deram voz a uma camada até então marginalizada. Esta nota de pesquisa objetiva analisar o caso do Egito e da Líbia nas manifestações da Primavera Árabe e analisar como as mídias sociais corroboraram para o seu acontecimento. A fundamentação teórica para o estudo do caso será essencial, tendo em vista um provável processo de securitização do tema estudado. Assim sendo, são utilizadas revisões bibliográficas que respaldam os argumentos apresentados e pesquisas documentais para corroborar com as investigações do trabalho.

**Palavras-chave:** Primavera Árabe; Securitização; Mídias Sociais; Líbia; Egito.

**Abstract:** *Initiated in 2010, the rebel’s events in the North Africa and Middle East led to the called “Jasmine Revolution”, or “Arab Spring”. One possible outcome of a “new globalization”, these popular uprisings occurred in Islamic and dictatorial countries, and, through social media, the oppressed population acquired the strength to go to the streets. The use of Facebook, Twitter and YouTube, showed its relevance on pages like “We are all Khaled Said” and in accounts like the “Free Egypt”, which have become communication tools to raise awareness and bring together individuals who were not content with their governments. The Arab uprisings have often resulted in civil conflicts, framed on the perspective of national and international security agendas. In this sense, when we analyze theses uprisings through the scope of the main theory of the Copenhagen School, the securitization, it is a noticeable fact that social medias voiced the needs of a marginalized layer. This research note aims to study the case of Egypt and Libya in the Arab Spring uprisings and analyze how social media corroborated for this event. The theoretical bases will be essential for the case study because of a probable securitization process. Thus, literature reviews that support the arguments and documentary research that corroborate with the presented historical investigation will be used in this work.*

**Keywords:** *Arab Spring; Securitization; Social Media; Libya; Egypt.*

## Introdução

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais na UNILASSALLE-Niterói

**E**xemplo disso são os seguintes programas de televisão: *Pop Idol*, na Inglaterra; *American Idol*, nos Estados Unidos; *Ídolos* no Brasil; e *Arab Idol*, nos países árabes. O surgimento de novas mídias, juntamente com o advento da internet móvel, entrega nas mãos de indivíduos comuns a viabilidade de possuir alguma voz no “campo minado” da informação. Com o objetivo de fazer parte de uma sociedade global<sup>2</sup> que estaria além dos grupos e classes que dinamizam as estruturas sociais (GURVITCH, 1979), parte da população do norte da África e do Oriente Médio usou das tecnologias de informação e comunicação (TIC)– muitas vezes, de forma restrita – para exigir democracia na vida real.

Em dezembro de 2010, na Tunísia, um jovem graduado, porém desempregado, ateou fogo em seu corpo em protesto à situação governamental (VISENTINI, 2012). O incidente desencadeou a chamada, pela imprensa mundial, *Revolução de Jasmim*, a qual inspirou uma onda de revoluções sociais e políticas, desde o norte da África até o Oriente Médio. Pode-se alegar que as manifestações foram difundidas por uma identificação mútua, ou seja, pela língua e pelas características culturais árabes compartilhadas pelos Estados daquelas regiões. Com diferentes impactos, as oposições aos governos ditatoriais se estenderam no Egito, nas guerras civis da Síria e da Líbia e em forma de protestos em outros países próximos.

Neste sentido, argumenta-se que a segurança é estruturada apenas a partir de um determinado espaço, por meio de um discurso institucionalizado pelas elites ou pelo Estado. Essa centralização serve para marginalizar certas experiências e articulações do poder na política global (WÆVER, 1995). Porém, nos países onde ocorreram as manifestações, um discurso de segurança<sup>3</sup> foi gerado por agentes que fogem desse paradigma. Tais agentes obtiveram o reconhecimento do caráter

---

<sup>2</sup>O processo da globalização intensificado no período pós Guerra-Fria, fez com que fosse possível a existência de uma sociedade internacional cada vez mais conectado por meio de avanços tecnológicos nas áreas de locomoção e comunicação. É em uma sociedade globalizada que os indivíduos podem se identificar por meio de aspectos culturais ou problemas em comum.

<sup>3</sup>Premissa teórica da Escola de Copenhague, o discurso de segurança é um dos meios pelos quais é possível passar para a sociedade o assunto que ameaça a segurança da mesma, a chamada “ameaça existencial”. É por meio da dramatização desse discurso que ocorre a legitimação de ações extraordinárias sobre tal tema, ponto extremamente necessário para estabelecê-lo numa agenda de segurança.

emergencial da situação política. A coletividade, divulgada virtualmente, de uma juventude que exerce seus deveres e exige seus direitos viu-se ameaçada pelas amarras impostas pelos ditadores árabes.

Estudos derivados das contribuições da Escola de Copenhague definem que a legitimação da securitização é feita pelo público-alvo no “ato do discurso”, e é a própria audiência ameaçada que alega a periculosidade de um valor compartilhado, ou se um tema pode ser considerado uma “ameaça existencial”. Questiona-se, aqui, até que ponto as novas mídias tornaram-se agentes facilitadores para o imaginário de mudanças da sociedade árabe, para o êxito do ato de fala, para a aceitação da ameaça como legítima e, conseqüentemente, para o processo de securitização dos levantes árabes.

Desta forma, é preciso fazer uma análise do papel de algumas mídias sociais – como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* – no encadeamento e desencadeamento revolucionários na Líbia e no Egito, entre 2010 e 2012. A escolha desses dois Estados dá-se, com base numa metodologia qualitativa, com o uso do estudo de caso, para exemplificar duas formas distintas do desenrolar das manifestações: uma guerra civil e uma onda de protestos, respectivamente. Se os países citados não tivessem acesso às TIC, essas revoltas teriam ocorrido? E se tivessem ocorrido sem elas, teriam o mesmo alcance e a mesma velocidade? Para responder a tais indagações, é necessário avaliar como a situação da Primavera Árabe<sup>4</sup> está relacionada à segurança societal<sup>5</sup>, às questões de identidade e ao conceito de espaço público.

### As Primaveras: Egito e Líbia

Dos países influenciados pela *Revolução de Jasmim*, cinco deles tinham a monarquia como forma de governo e os demais viviam estrangulados por repúblicas ditatoriais. A revolta generalizada deveu-se ao alto índice de desemprego e às condições de vida precárias da população árabe, que atingiu até mesmo países com relativo desenvolvimento socioeconômico, como o Egito e a Arábia Saudita. Apesar de ser possível identificar semelhanças entre a Primavera Árabe e a Primavera dos

---

<sup>4</sup> O uso da palavra “primavera” relacionado com as revoltas do norte da África e do Oriente Médio, foi uma maneira de dar uma noção positiva às manifestações. Com uma conotação de mudança ideológica dos países nem sempre árabes.

<sup>5</sup> Além do societal, existem outros cinco setores que abrangem atores capazes de securitizar uma ameaça existencial: o militar, o econômico, o ambiental e o político (BUZAN et al., 1998).

Povos, de 1848<sup>6</sup>, o que ocorre no norte da África e no Oriente Médio pode ser mais que uma onda de descontentamento interno, e, também, um dos efeitos colaterais da globalização. Desta forma, percebe-se que

[...] os anseios populares contra os regimes políticos e as condições de vida são acompanhadas por uma silenciosa transformação da sociedade, fatores estruturais indispensáveis para a eclosão de uma mobilização de tal magnitude. Mas há evidências de que houve importante participação externa, pois “revoltosos” foram previamente preparados e a forma e o momento em que a revolta ganhou densidade foram monitorados e influenciados [...] (VISENTINI, 2012: 127).

Posicionado de um ponto de vista estratégico entre a África e a Ásia, o Egito é o país mais populoso do mundo árabe e apresenta um elevado nível de pobreza e problemas estruturais. Intensamente apoiado pelo Ocidente, ele também tem fortes relacionamentos comercial e diplomático com Israel. É uma República Multipartidária desde 1953, e de 1981 até 2011 esteve sob a liderança do militar Hosni Mubarak.

Neste sentido, é surpreendente constatar que a faísca originada na Tunísia iria provocar incêndios políticos no país cardeal do mundo árabe. A “primavera egípcia” – conhecida como *Dias de Fúria*, *Revolução de Lótus* ou *Revolução do Nilo* – não hesitou na hora de definir e divulgar seu objetivo com as manifestações populares: derrubar o ditador Mubarak do “eterno” governo de 30 anos. De acordo com Visentini:

A crise do Egito e de outros países árabes não era apenas política, mas também econômica. Em todos os países afetados por turbulências políticas houve um forte aumento nos preços dos alimentos, combustíveis e serviços. Isto decorreu de um aumento mundial, mas foi potencializado pela crise econômica dos EUA e da Europa, que demandam aos demais países “sacrifícios e ajustes” [...] A falta de turistas ampliou a crise interna, afetando a região e por extensão, os mercados financeiros. (VISENTINI, 2012: 130)

As oposições ao governo tentaram, durante anos, obter espaço e posicionamento na política restrita e autoritária do Egito. Apesar da população ter fácil acesso aos meios de comunicação, as leis relacionadas à liberdade de expressão e de imprensa no país eram extremamente vagas, o que

---

<sup>6</sup> As transformações ocasionadas pelas ideias da Revolução Francesa, de 1789, levaram à chamada Primavera dos Povos, que consistiu nos levantes ocorridos entre 1846 e 1848 na Europa. As revoltas contra as monarquias, as más condições de vida e a estagnação da economia capitalista deram lugar aos direitos da burguesia e dos trabalhadores do campo. O livro de Karl Marx, “O Manifesto Comunista”, é publicado nessa mesma época.

facilitou o controle de informações e a repressão social. Brancoli evidencia, no trecho seguinte, como o Facebook pode ter ajudado a desencadear a onda de manifestações:

Alguns especialistas apontam que a germinação das manifestações no Egito, ainda em 2008, teria começado da seguinte forma: uma jovem ativista teria criado um evento no Facebook, convocando a população para uma série de atos contra o governo. (BRANCOLI, 2013: 43)

Por essa razão, uma revolução disseminada por intermédio dos meios midiáticos representa, primeiramente, uma vitória para os opositores que encontram um lugar público para exercer seus direitos; e, finalmente, uma vitória também para os revoltosos que conseguiram a renúncia do presidente em 11 de fevereiro de 2011.

O Egito configurou um caso de relativa pacificidade em meio às turbulências da Primavera Árabe, o que se mostra contrastante em relação à situação que ocorreu no território da Líbia. Uma vez apresentado o contexto histórico e o desenrolar dos protestos egípcio, o próximo caso servirá de comparação para o desdobrar teórico proposto na presente nota de pesquisa.

A Líbia tem o Mar Mediterrâneo ao norte, faz fronteira com a Tunísia ao noroeste, com a Argélia ao oeste e com o Egito ao leste. Em uma análise lógica, seria o próximo país a embarcar no “efeito dominó” das manifestações árabes. Com uma população de cerca de seis milhões de pessoas e com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da África, o país não estava livre dos problemas que assombravam a região: o poder autocrático que privilegiava certos grupos e localidades, a corrupção crescente, o desemprego e infraestruturas precárias. O Estado norte-africano viveu 42 anos de ditadura do excêntrico Muammar al-Gaddafi, que tomou o poder por meio de um golpe de Estado em 1969. É importante destacar que:

As primeiras faúlhas de revolta já eram sentidas em janeiro de 2011, enquanto nas ruas do Egito, da Tunísia e da Argélia assistia-se às primeiras revoltas. Em 16 de janeiro, em meio a relatos de agitação na cidade líbia de al-Bayda, Kadafi condenou os levantes na vizinha Tunísia e a disposição de seu aliado Ben Ali. No mesmo dia o site Youtube e redes sociais foram bloqueadas na Líbia, como forma de conter possíveis levantes. (VISENTINI, 2012: 139).

Segundo Brancoli (2013: 98), “a Primavera Árabe servira como o estopim para insatisfações antigas, que deitaram por terra qualquer lealdade ao governo central”. Os protestos articulados por mensagens de celular e em páginas de redes sociais começaram em meados de fevereiro de 2011,

marcando o “dia de fúria” da Líbia e dando início a um dos conflitos mais preocupante da onda de revoltas, transformando-se em uma guerra civil de grandes proporções. É difícil definir a transição do conflito de pacífico para armado e violento, mas a partir do momento em que as ameaças do ditador remeteram a sociedade internacional ao massacre de Ruanda em 1994, as Nações Unidas tiveram que agir. Houve intervenções ocidentais diretas “com bandeiras monárquicas líbias sendo exibidas ao lado de francesas, britânicas e americanas” (Visentini, 2012: 141), intervenções essas com intenções humanitárias e esforços para a libertação e a democratização da Líbia. Após oito meses de protestos, levantes e conflitos, Muammar al-Gaddafi foi capturado e assassinado pela própria população civil da Líbia. De acordo com Maya Bhardwaj:

[...] o caso da Líbia de revoltas da Primavera Árabe claramente conheceu o limiar da guerra civil, tanto instrumental como semanticamente. A guerra foi contida dentro das fronteiras da Líbia, mobilizou as lideranças claramente definidas leais a Gaddafi e as lideranças de oposição do NTC(Conselho Nacional de Transição), e destacaram as diferentes chamadas para o controle político e militar [...] A presença de uma guerra civil pode ser traçada pelo regime severo de Gaddafi, causando luto e forçando reações violentas [...] apoiadas internacionalmente, tropas rebeldes regionalmente e internacionalmente armados e treinados, e o ostracismo de Gaddafi que causou uma legitimação rápida da NTC e a mudança de regime. (BHARDWAJ, 2012: 90, tradução nossa)

No Egito, a ocorrência de protestos sem “banhos de sangue”, com os cidadãos ocupando, por meses, a Praça Tahrir para exigir seus direitos e reivindicar modificações – resultando na renúncia do ditador Mubarak –, deixa clara a possibilidade de uma transição governamental relativamente pacífica, que abriu as portas para a chegada da democracia. Em contra partida, a execução de Muammar Gaddafi é a prova constatada da gravidade dos levantes líbios e da imprevisibilidade na ocorrência de reformas feitas na sociedade. A guerra civil chegou a matar aproximadamente 50 mil pessoas, gerou um grande fluxo de refugiados migrando para os países vizinhos e passou por vários meses de intervenções estrangeiras (BRANCOLI, 2013). Os objetivos foram alcançados, porém, à custa de muitos sacrifícios.

O estabelecimento de uma dinâmica de análise para a Primavera Árabe é um dos principais objetivos desta nota de pesquisa por meio dos seguintes itens: a avaliação dos protestos no Egito como um modelo pacífico e da guerra civil da Líbia como um exemplo de revolução extremada, distinguindo os atores na hora da análise, com a meta da estruturação de um modelo comparativo

para o estudo do desenvolver dos conflitos; e a investigação da relação do mundo árabe com a democracia e de sua conectividade com o resto do mundo. Essas são tentativas de trazer à luz questões que emanam do processo revolucionário do subsistema árabe.

### **As Mídias e a Securitização: o caso da Primavera Árabe**

Em ambos os casos citados, a utilização dos meios de comunicação teve um papel diferenciado tanto em proporcionar um espaço, mesmo que virtual, para as vozes reprimidas pelos governos autoritários – ou seja, estabeleceu um local para viabilizar o debate e garantir a liberdade de expressão –, como para conectar e disseminar essas ideias. No entanto, supervalorizar a mídia com elemento político pode levar a conclusões errôneas, como se nota no trecho seguinte:

Os cinco países com maior número de usuários do *Facebook*, em 2010, eram Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Catar, Líbano e Kuwait. Destas nações, somente o Bahrein sofreu com manifestações e revoltas expressivas. No Egito, apenas 5,5% da população tinha acesso ao *Facebook* durante as revoltas, e 25% tinha acesso à internet. A análise mais acurada, neste caso, é a de observar os meios de comunicação como uma ferramenta que ajudou a consolidar valores de liberdade das camadas revoltosas. Blogs, vídeos online e canais por satélite conectaram jovens e ajudaram a estabelecer as bases para novas interpretações sobre o sistema de poder vigente. (BRANCOLI, 2013: 43).

Tendo isso em vista, o *United States Institute of Peace* (USIP) reuniu um grupo de acadêmicos para averiguar o papel das mídias sociais nos levantes de 2011 a 2012 que fizeram parte da Primavera Árabe. O primeiro trabalho, publicado em 2010, intitulado *Blogs and Bullets: New Media in Contentious Politics* e aplicou cinco prováveis níveis nos quais as novas mídias podem intervir nos conflitos políticos: (i) as mudanças no nível individual, transformando os padrões comportamentais e de identidade do indivíduo; (ii) no nível social, sugerindo que as novas mídias promovem uma polarização política e social; (iii) no nível da ação coletiva, no quesito organizacional da população e na divulgação dos protestos; (iv) nos regimes e governos, entendendo que não foram somente os rebeldes que utilizaram das novas tecnologias para realizar seus movimentos estratégicos; (v) e no nível da atenção internacional. A avaliação de contas utilizadas, por exemplo, pelo Egito como a “*Free Egypt*”<sup>7</sup>, no Twitter, e a página “*We are all Khaled Said*”<sup>8</sup>, no Facebook, quando analisadas nos níveis citados anteriormente pode gerar um esclarecimento

<sup>7</sup><https://twitter.com/hashtag/FreeEgypt?sr=hash>

<sup>8</sup><https://www.facebook.com/elshaheed.co.uk>

com parâmetros conceituais definidos e evitar uma constatação muito ampla e superficial, considerando todas as camadas que possam ter influenciado no processo de securitização.

Além da presença constante dos meios midiáticos na evolução da Primavera Árabe, outro fator sempre presente é a fé. Não é possível falar sobre o norte da África ou sobre o Oriente Médio sem mencionar a religião islâmica. A doutrina é predominante nos países que participaram nos protestos contra os ditadores, e também faz parte da estrutura governamental e cultural dos mesmos. A religião serviu como um dos pontos em comum, como uma identificação coletiva para a disseminação das ideias revolucionárias. Além das insatisfações em relação ao governo e da proximidade geográfica, a sociedade se reconheceu nas práticas diárias e nas crenças espirituais. No Egito e na Tunísia, a queda de Mubarak e de Ben Ali, respectivamente, foi sucedida pela vitória dos partidos islâmicos – notadamente a Irmandade Muçulmana –, defendendo uma integração maior do Estado com a religião.

A Escola de Copenhagen “é o exemplo mais evidente da aplicação da epistemologia construtivista no trabalho do grupo. De acordo com os construtivistas, o mundo social – assim como as identidades e os interesses dos agentes – é construído por estruturas e processos intersubjetivos e coletivos” (Duque, 2000: 477). Se a questão for estudada a partir do escopo do processo de securitização – que pode ser explicado por uma ameaça subjetiva que alcança uma “periculosidade” suficiente para ter efeitos políticos, fora dos parâmetros ordinários – é possível fazer uma relação da construção da segurança com a politização do tema ameaçador, e esse percurso para chegar à agenda de segurança é traçado por meio do conceito construtivista de “virada linguística”. A securitização se baseia na ideia da pronúncia de um discurso de persuasão, com o objetivo de que um determinado assunto seja considerado ameaçador o bastante para exigir providências extraordinárias. Como ressalta Wæver (1995: 51, tradução nossa), há uma relação direta entre segurança e linguagem:

O que é, então, a segurança? Com o auxílio da teoria da linguagem, podemos conceber a segurança como um ato de fala. Nessa acepção, a segurança não é objeto de interesse como um símbolo que se refere a algo mais real; a fala em si é o ato. Ao falar, algo é feito (como ao se fazer apostas ou promessas, ou ao se dar nome a um navio). Ao dizer

"segurança", um representante estatal faz referência a um acontecimento em uma área específica, e assim demanda um direito especial para utilizar quaisquer meios que se fizerem necessários para evitá-lo.

Considerando que os casos individuais de mártires como Mohammed Bouazizi e Kaled Said se tornaram “feridas sociais” no imaginário árabe e, principalmente, no reconhecimento de uma comunidade jovem e desempregada, não é difícil entender o porquê da problematização das ditaduras nos países que hospedaram as revoltas.

A segurança é o movimento que leva a política além das regras delimitadas no jogo, e destaca o tema como uma forma *sui generis* de política ou acima da política. Em certa medida, securitização pode ser encarada como uma versão mais extrema da politização (BUZAN *et al*, 1998). Para haver uma implementação de um assunto na agenda de segurança, é necessário que se identifique o seu caráter emergencial e ameaçador. Essa identificação é feita por um agente securitizador, por meio de um discurso com o poder de “convencimento” ou de persuasão, que leve à legitimação do tema pela parte de uma audiência relevante, que, neste caso, é a sociedade ameaçador, como é elucidado no trecho a seguir:

No discurso de segurança, uma questão é dramatizada e apresentada como uma questão de prioridade suprema; assim, rotulando-a como garantia, um agente reivindica uma necessidade e um direito de tratá-lo por meios extraordinários [...]. O que é essencial é a designação de uma ameaça existencial que exija uma ação de emergência ou de medidas especiais e a aceitação dessa designação por uma audiência significativa (BUZAN *et al*, 1998: 26, tradução nossa).

As questões que levaram os países da Primavera Árabe a se rebelarem construíram, de alguma forma, uma identidade em comum entre eles e com o resto do mundo democrático, situação a qual pode se encaixar no quadro de segurança societal e que se difere das esferas econômicas, políticas, militares e ambientais.

O conceito de securitização se encontra no transbordar dos padrões normativos, ou seja, quando o quebrar de regras e leis se transforma em algo legítimo e é o momento em que se pode classificar um tema como securitizado. Os conflitos gerados pelos levantes da Primavera Árabe foram enquadrados em uma agenda internacional de segurança, assim como se tornou uma questão

ameaçadora para os próprios Estados, que se utilizaram de medidas excepcionais para controlar a população. Geralmente um representante do Estado, o indivíduo que articula o “ato de fala” o faz com o intuito de resguardar a sobrevivência e a soberania de sua nação. Essa é a situação mais comum de relacionar a Escola de Copenhague com tópicos de segurança. Todavia, são encontradas características do processo de securitização na Primavera Árabe que não partem de uma iniciativa vinda do Estado, mas sim dos rebeldes que incitaram a revolução. Estudos abordam, também, a possibilidade de uma interpretação das revoltas como uma tentativa de “Revolução Colorida”, um novo elemento nas Relações Internacionais, que “é, basicamente, uma estratégia de mobilização para provocar uma mudança pacífica de regimes políticos desgastados, que se tornaram indesejáveis as grandes potências” (VISENTINI, 2012: 158).

Como resultado principal é possível buscar uma interpretação do estudo de segurança, por meio das teorias construtivistas e da Escola de Copenhague, estipulando os itens do processo pelo qual o assunto foi securitizado. Além de compreender as motivações e a natureza das revoltas, também pode-se entender o papel que a mídia teve no discurso de segurança e na legitimação dos levantes que ocorreram, destacando-a como ferramenta essencial. A forma com que cada país, e camada da sociedade, lidou com o Twitter, o Youtube e o Facebook é de extrema importância para o entendimento de tais mídias como elemento político e como “arma” de espaço público. Os resultados que podemos encontrar estão na investigação do envolvimento de influências externas na arquitetura das manifestações da Primavera Árabe e indicações de como os Estados selecionados usaram as mídias sociais para se estabelecerem depois da queda dos ditadores, de maneira democrática.

### Considerações finais

Estamos vivendo em uma realidade que se torna extraordinariamente análoga ao que pode ser considerado original (BAUDRILLARD, 1981). Muitos dos nossos hábitos como sociedade estão baseados em ações que são realizadas virtualmente, desde o registro da existência de um indivíduo até a manipulação de enormes quantias de dinheiro. E as relações entre os indivíduos da sociedade não estão exclusas dessa realidade virtual: o advento das redes sociais resultou na criação de um simulacro de convivência, que vêm substituindo muitas práticas comunais. Por essa razão, é de

extrema importância explorar a influência que essas novas ferramentas têm e tiveram para o desenvolvimento dos conflitos contemporâneos no subsistema árabe.

Em grande medida, é preciso considerar a Primavera Árabe como um meio e não como um fim em si mesmo. A falta de liderança, por se tratar de um levante coletivo e desestruturado, dificulta a obtenção de resultados concretos e a famigerada democracia nem sempre pode ser encarada como uma constante de consequência após a queda de um ditador. Mudanças nacionais e regionais ocorreram no Egito e na Líbia, assim como em outros países árabes, mas essas mudanças nem sempre foram positivas ou recompensadoras. Distanciando-se temporalmente, pode ser viável uma análise dos eventos de forma tangível; no entanto, definições momentâneas não se tornam menos relevantes.

As mídias sociais, advento de uma sociedade recente e extremamente conectada, de fato aproximaram ideologias dicotômicas e serviram como uma ferramenta de interação nos casos do Egito e da Líbia. O reconhecimento mútuo adquirido por meio desses meios midiáticos funcionou como um facilitador, que, aliados a uma tendência homogeneizadora de uma cultura global e aos abusos resultantes de governantes déspotas, culminaram em uma revolução no Oriente. Neste sentido, é possível considerar as mídias sociais como instrumentos de construção do discurso de convencimento:

O uso desse ato de fala tem o efeito de aumentar um desafio específico para um nível de princípios, o que implica que todos os meios necessários seriam usados para bloquear esse desafio. E, como tal ameaça será definida como existencial e um desafio à soberania, o Estado não estaria limitado no que pode ou poderia fazer. Nestas circunstâncias, um problema se tornaria uma questão de segurança, sempre que assim definido pelos detentores do poder (WÆVER, 1995: 7, tradução nossa).

A forma incomum de securitização que se deu nas revoltas na região, originada por atores sem a legitimidade do Estado, pode ser compreendida por uma nova dinâmica no processo de tomada de decisão. No mundo pós-Guerra Fria, o Oriente Médio teve relevância como principal área de tensões e de ações militares, e que atualmente é o palco principal da Primavera Árabe. Conclui-se, então, que o estudo da região e dos rumos políticos de seu desfecho é fundamental para melhor entender o Sistema Internacional. Mas como prever seu fim, sem compreender seu início? Ou no mínimo, entender se essa desconstrução de normas – tanto na abordagem teórica da Escola de Copenhague, como na política – é ou não consequência de avanços tecnológicos. Não existe

verdade, ou melhor, não existe realidade quando o que tomamos como real é um reflexo simulado em um espaço que não é físico. E foi nesse espaço “inexistente” que a vontade coletiva de transformação se tornou concreta em parte do mundo árabe.

### Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. (1981), *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D'Água.

BHARDWAJ, Maya. (2012), “Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War”. The Washington University International Review: Washington University in St. Louis. Disponível em: <http://pages.wustl.edu/wuir/development-conflict-arab-spring-libya-and-syria-revolution-civil-war>

BRANCOLI, Fernando. (2013), *Primavera Árabe: Praças, Ruas e Revoltas*, São Paulo: Editora Desatino.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. (1998), *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers.

DUQUE, Marina G. (2009), “O Papel da Síntese da Escola de Copenhague no Estudos de Segurança Internacional”. *Contexto Internacional*, vol. 31, nº 3, pp. 459-501.

GURVITCH, Geoges. (1979), *A Vocação Actual da Sociologia*, Lisboa: Comos.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. (2010), *Blogs and Bullets: New Media in Contentious Politics*. Washington: Peaceworks.

VISENTINI, Paulo Fagundes. (2012), *A Primavera Árabe: Entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo*. Porto Alegre: Editora Século XXI.

WÆVER, Ole. (1995), ‘*Securitization and Desecuritization*’, In Ronny D. Lipschutz, ed., ‘On Security’, New York: Columbia University Press (p. 46-87).